



# RELATÓRIO ANUAL CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



## Sumário

1. Introdução .....	4
2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial .....	4
2.1 - <i>Análise da Execução Orçamentária</i> .....	4
2.1.1. – <i>Resultado Orçamentário</i> .....	5
2.1.2. – <i>Receita Arrecadada</i> .....	7
2.1.3. – <i>Despesa Executada</i> .....	11
2.2 - <i>Análise Financeira e Patrimonial</i> .....	15
2.2.1. <i>Índices de Liquidez</i> .....	15
2.2.1.1. <i>Liquidez Imediata</i> .....	15
2.2.1.2. <i>Liquidez Corrente</i> .....	16
2.2.2. <i>Dívida Ativa</i> .....	16
2.2.3. <i>Restos a pagar</i> .....	17
2.2.4. <i>Dívida Consolidada</i> .....	18
3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores .....	18
4. <i>Receita Corrente Líquida</i> .....	21
5. <i>Despesa total com pessoal</i> .....	23
6. <i>Dívida Consolidada Líquida</i> .....	25
7. <i>Operação de Crédito</i> .....	26
8. <i>Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino</i> .....	26
9. <i>Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica</i> .....	27
10. <i>Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde</i> .....	28
11. <b>Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2017</b> .....	29
12. <b>Atendimento das demandas de Acesso à informação e Ouvidoria realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2017</b> .....	32
12.1 <b>Pedidos de Informações atendidos pelo Pedido Eletrônico de Acesso à Informação</b> .....	42
12.2 <b>Atendimentos realizados via Ouvidoria Municipal</b> .....	42
13. <b>Considerações Finais</b> .....	43



## 1. Introdução

O Controle Interno tem por finalidade averiguar a regularidade dos atos da Administração Pública, contribuindo para a efetividade das ações públicas e apoiando o Controle Externo no exercício de sua missão institucional. De acordo Botelho:

É o controle realizado pelo próprio órgão executor no âmbito de sua própria administração, exercido de forma adequada, capaz de propiciar uma razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de forma eficaz, eficiente e com a necessária economicidade (Ex. Sist. Controle Interno, Auditoria Interna, Controladoria Municipal) “(2006, p.27)”.

Um bom sistema de Controle Interno é sinônimo de boa administração que deve ser objetivo de todo gestor público. Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, Lei Complementar Municipal nº.002/2017 que instituiu a Controladoria Geral do Município e os artigos 75 a 82 da Lei 4.320/1964, os artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal, sendo assim a Controladoria Geral de Controle Interno no uso de suas atribuições e em atendimento ao que preceitua os dispositivos legais, procurou pautar suas ações nos princípios que o regem, fazendo recomendações aos gestores e acompanhamento da gestão nos aspectos orçamentário, patrimonial, financeiro e contábil. Em síntese, abaixo encaminhamos alguns pontos observados no exercício de 2017.

## 2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

### 2.1 - Análise da Execução Orçamentária

A estimativa de receita e a fixação da despesa do exercício de 2017, conforme Lei Municipal nº 1.545, de 14/11/2016, foi aprovada da seguinte forma:

LOA		Receita Estimada	Despesa Fixada	%
Orçamento Fiscal		R\$ 61.020.037,27	R\$ 61.020.037,27	70,32%
Orçamento da Seguridade Social	Saúde	R\$ 20.699.339,04	R\$ 20.699.339,04	23,85%
	Assistência Social	R\$ 5.052.947,68	R\$ 5.052.947,68	5,82%
<b>TOTAL</b>		<b>86.772.323,99</b>	<b>86.772.323,99</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Lei Municipal nº 1.545/2016 - Lei Orçamentária Anual 2017

Importante frisar que o valor da SEGURIDADE SOCIAL, chamou a atenção do Sistema de Controle Interno, tendo em vista que o valor estimado da receita está igual ao valor da Despesa fixada, o que geralmente não ocorre, pois



parte da despesa é custeada com o orçamento fiscal, nos termos do artigo 195, § 2º do Texto Constitucional.

Com relação aos créditos adicionais, a Lei Orçamentária Anual 2017 autorizada previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, conforme dispõe a LOA, em seus artigos 8º e 9º.

Portanto, o art. 8º da Lei Municipal nº 1.545/2016, consoante ao artigo 9º da mesma lei, autoriza suplementar até o montante de R\$ 34.708.929,60, conforme quadro demonstrativo abaixo:

VALOR DO ORÇAMENTO GERAL	R\$			86.772.323,99
LIMITE DE SUPLEMENTAÇÃO EM PERCENTUAL, CONFORME LOA		40%	Art.	8º e 9º
VALOR CORRESPONDENTE A SUPLEMENTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA	R\$			34.708.929,60

A seguir evidenciam-se algumas análises referentes à execução do orçamento.

### **2.1.1. – Resultado Orçamentário**

A execução Orçamentária do Município de Toritama, no exercício de 2017, ocorreu conforme exposto:

DESCRIÇÃO	Previsão / Autorização	Arrecadação / Execução	% Executado
Receita	86.772.323,99	75.787.550,35	87,34%
Despesa (considerando as alterações orçamentárias)	86.772.323,99	76.623.864,99	88,30%
Déficit de Execução Orçamentária		- 836.314,64	

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64

Quanto aos créditos adicionais, que são as autorizações de despesa não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, observou-se a abertura de R\$ 30.245.294,61, significando uma alteração do orçamento inicial na ordem de 34,86%, dentro do limite preconizado no dispositivo legal (arts. 8º e 9º da Lei nº 1.545/2016 e art. 177 da LC Nº 02/2017).

A seguir são calculados os quocientes de desempenho da arrecadação e de execução da despesa referente aos exercícios de 2015 a 2017:



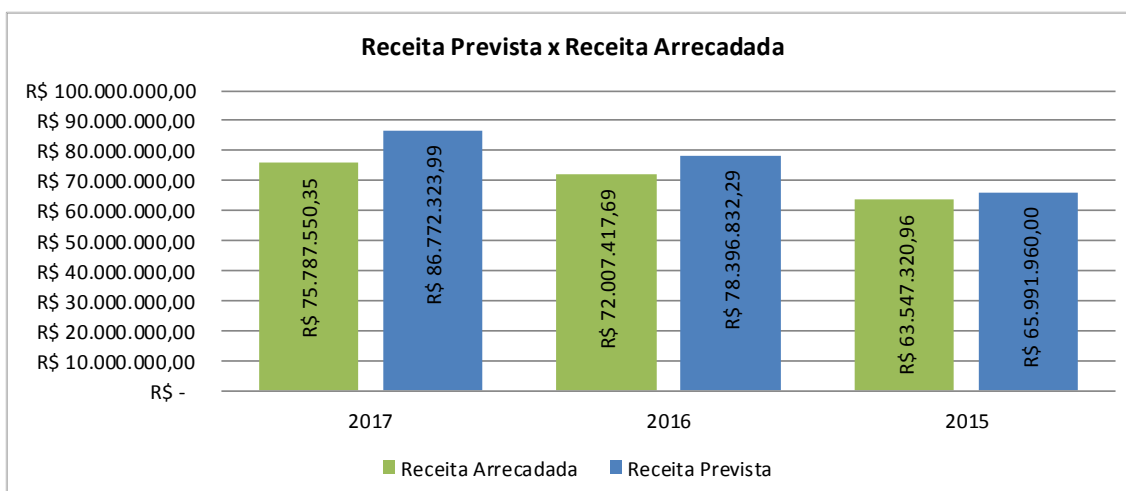
**a) Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA):**

Exercício	2017	2016	2015
Receita arrecadada	R\$ 75.787.550,35	R\$ 72.007.417,69	R\$ 63.547.320,96
Previsão Inicial da Receita	R\$ 86.772.323,99	R\$ 78.396.832,29	R\$ 65.991.960,00

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA)			
EXERCÍCIO	2017	2016	2015
QDA (Receita Arrecadada / Previsão Inicial da Receita)	0,87	0,92	0,96

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

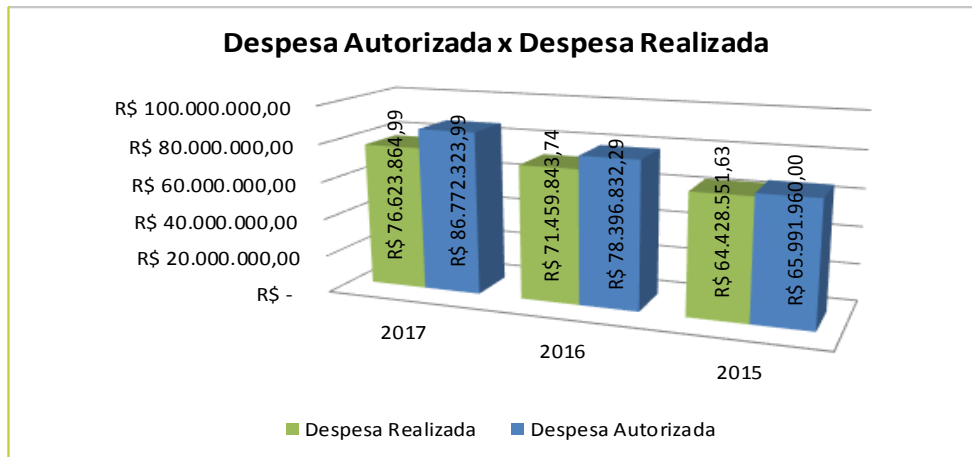


O quociente de desempenho da arrecadação foi de 0,87, indicando que para cada R\$ 1,00 previsto, foi arrecadado R\$ 0,87, resultando em arrecadação abaixo da estimativa.

**b) Quociente de Execução de Despesa (QED):**

Exercício	2017	2016	2015
Despesa Orçamentária Realizada	R\$ 76.623.864,99	R\$ 71.459.843,74	R\$ 64.428.551,63
Despesa Orçamentária Autorizada	R\$ 86.772.323,99	R\$ 78.396.832,29	R\$ 65.991.960,00

Quociente de Execução de Despesa (QED)			
EXERCÍCIO	2017	2016	2015
QED (Despesa Orçamentária Realizada / Despesa Orçamentária Autorizada)	0,88	0,91	0,98



Por este quociente, para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, foi empenhada R\$ 0,88, resultando em economia orçamentária.

Vale ressaltar que o Município para cada R\$ 0,87 arrecadado foi executado R\$ 0,88 de despesas, diferença apenas de R\$ 0,01 a maior na despesa empenhada, evidenciando desta forma, que a administração, mesmo no cenário de baixo crescimento do país, de limitações financeiras impostas pelo fraco desempenho da economia nacional, buscou equilibrar as finanças do Município.

### 2.1.2. – Receita Arrecadada

A receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 75.787.550,35, conforme o quadro abaixo. A composição das receitas no exercício se apresentou da seguinte forma:

RECEITA	EXERCÍCIO DE 2017		EXERCÍCIO DE 2017		DIFERENÇA ARRECADADO A MENOR
	ORÇADO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>92.468.523,99</b>	106,56%	<b>82.050.420,09</b>	108,26%	<b>10.418.103,90</b>
Receita Tributária	4.342.098,36	5,00%	6.200.239,21	8,18%	- 1.858.140,85
Receita de Contribuições	1.600.000,00	1,84%	1.608.009,26	2,12%	- 8.009,26
Receita Patrimonial	630.655,74	0,73%	659.473,89	0,87%	- 28.818,15
Receita Agropecuária	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita Industrial	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita de Serviços	529.147,54	0,61%	121.727,04	0,16%	407.420,50
Transferências Correntes	84.400.022,35	97,27%	70.889.187,60	93,54%	13.510.834,75
Outras Receitas Correntes	966.600,00	1,11%	2.571.783,09	3,39%	- 1.605.183,09
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.900.000,00</b>	2,19%	<b>1.033.216,33</b>	1,36%	<b>866.783,67</b>
Operações de Crédito	110.000,00	0,13%	-	0,00%	110.000,00
Alienação de Bens	110.000,00	0,13%	-	0,00%	110.000,00
Amortização de Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Capital	1.110.000,00	1,28%	1.033.216,33	1,36%	76.783,67
Outras Receitas de Capital	570.000,00	0,66%	-	0,00%	570.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 7.596.200,00	-8,75%	- 7.296.086,07	-9,63%	- 300.113,93
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%	-	0,00%	-
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>86.772.323,99</b>	100,00%	<b>75.787.550,35</b>	100,00%	<b>10.984.773,64</b>

Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64)



RECEITA (CONSOLIDADA)		Diferença	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
RECEITA ARRECADADA	R\$ 75.787.550,35	R\$ 10.984.773,64	87,34%

A receita prevista para o exercício de 2017 foi de R\$ 86.772.323,99, sendo realizado o total de receitas de R\$ 75.787.550,35 atingindo o percentual de aplicação de 87,34%, ou seja, o Município de Toritama arrecadou a menor R\$ 10.984.773,64.

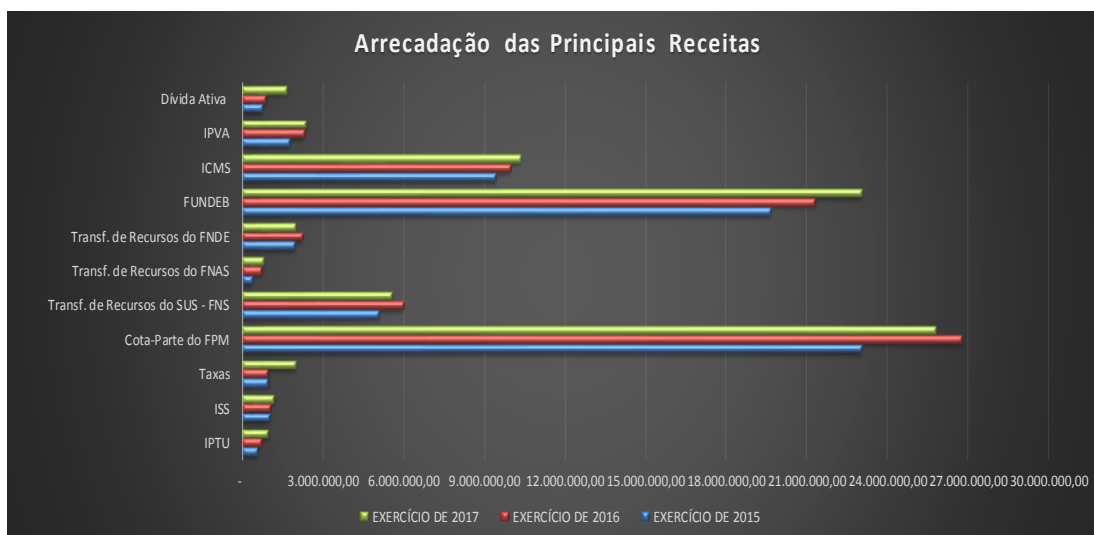
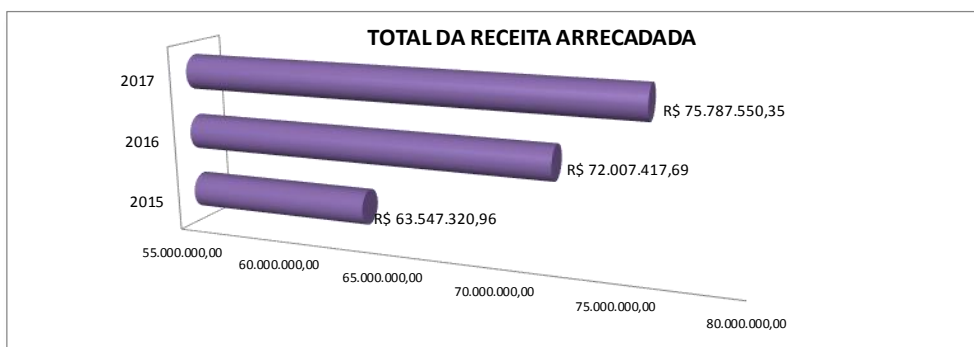
Observam-se as Receitas Tributárias (com destaque para o IPTU, ISS, Taxas e IRRF) e Outras Receitas Correntes (com destaque para a Dívida Ativa), onde analisando isoladamente, percebe-se o excesso de arrecadação, que representaram 8,18% e 3,39%, respectivamente, em relação à receita total.



A seguir demonstra-se a série histórica de arrecadação total do Município no período de 2015 a 2017:



RECEITA	Exercício de 2015		Exercício de 2016		Exercício de 2017	
	ARRECADAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECADAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECADAÇÃO	% DO TOTAL
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>62.037.684,79</b>	<b>97,62%</b>	<b>71.115.932,41</b>	<b>98,76%</b>	<b>74.754.334,02</b>	<b>98,64%</b>
<b>Receita Tributária</b>	3.664.853,99	5,77%	4.225.777,48	5,87%	6.200.239,21	8,18%
IPTU	654.574,24	1,03%	712.081,37	0,99%	991.689,09	1,31%
ISS	1.026.386,52	1,62%	1.051.963,43	1,46%	1.214.432,38	1,60%
Taxas	972.186,39	1,53%	1.089.561,09	1,51%	1.957.935,66	2,58%
Outras Receitas Tributárias	1.011.706,84	1,59%	1.372.171,59	1,91%	2.036.182,08	2,69%
<b>Receita de Contribuições</b>	1.495.871,95	2,35%	1.516.854,89	2,11%	1.608.009,26	2,12%
<b>Receita Patrimonial</b>	491.659,10	0,77%	1.730.692,79	2,40%	659.473,89	0,87%
<b>Receita Agropecuária</b>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Receita Industrial</b>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Receita de Serviços</b>	148.090,17	0,23%	186.422,75	0,26%	121.727,04	0,16%
<b>Transferências Correntes</b>	55.400.019,17	87,18%	62.481.720,51	86,77%	63.593.101,53	83,91%
Cota-Parte da FPM (inclusive 1% de julho e	23.051.563,75	36,27%	26.763.970,14	37,17%	25.801.161,35	34,04%
Transf. de Recursos do SUS - FNS	5.086.707,31	8,00%	5.987.984,35	8,32%	5.597.785,78	7,39%
Transf. de Recursos do FNAS	366.553,00	0,58%	725.020,44	1,01%	807.613,24	1,07%
Transf. de Recursos do FNDE	1.961.991,24	3,09%	2.229.348,52	3,10%	1.968.469,08	2,60%
FUNDEB	19.656.764,63	30,93%	21.338.185,23	29,63%	23.066.381,40	30,44%
ICMS	9.449.586,78	14,87%	9.968.886,59	13,84%	10.363.093,84	13,67%
IPVA	1.768.857,31	2,78%	2.313.558,43	3,21%	2.386.449,89	3,15%
Outras Transferências Correntes	683.670,66	1,08%	603.509,62	0,84%	896.216,36	1,18%
<b>( - ) Deduções da Receita</b>	- 6.625.675,51	-10,43%	- 7.448.742,81	-10,34%	- 7.294.069,41	-9,62%
<b>Outras Receitas Correntes</b>	837.190,41	1,32%	974.463,99	1,35%	2.571.783,09	3,39%
Divida Ativa	750.261,58	1,18%	888.472,41	1,23%	1.660.092,96	2,19%
Demais Receitas	86.928,83	0,14%	85.991,58	0,12%	911.690,13	1,20%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.509.636,17</b>	<b>2,38%</b>	<b>891.485,28</b>	<b>1,24%</b>	<b>1.033.216,33</b>	<b>1,36%</b>
<b>Operações de Crédito</b>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Alienação de Bens</b>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Transferências de Capital</b>	1.509.636,17	2,38%	891.485,28	1,24%	1.033.216,33	1,36%
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>63.547.320,96</b>	<b>100%</b>	<b>72.007.417,69</b>	<b>100%</b>	<b>75.787.550,35</b>	<b>100%</b>

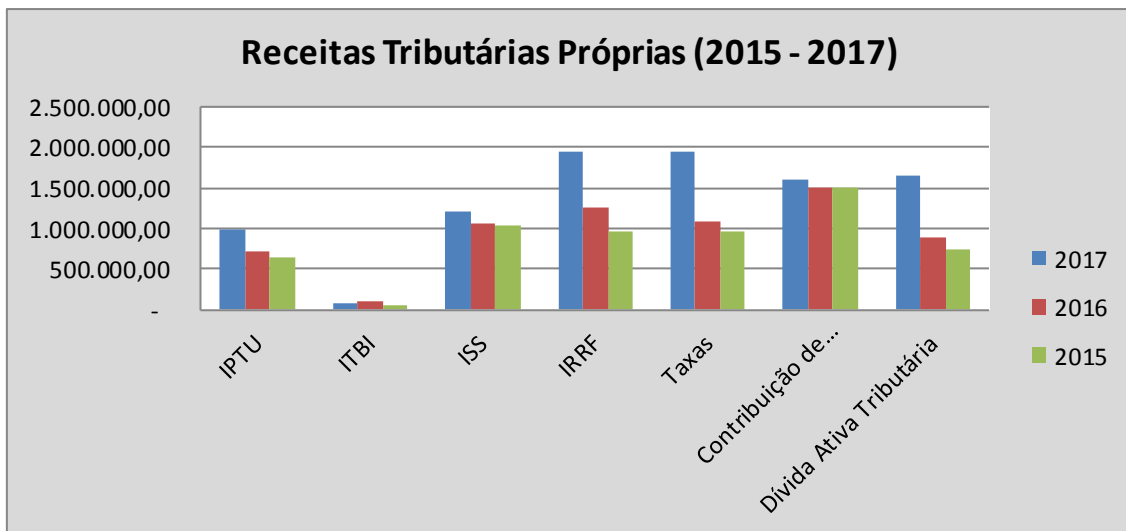


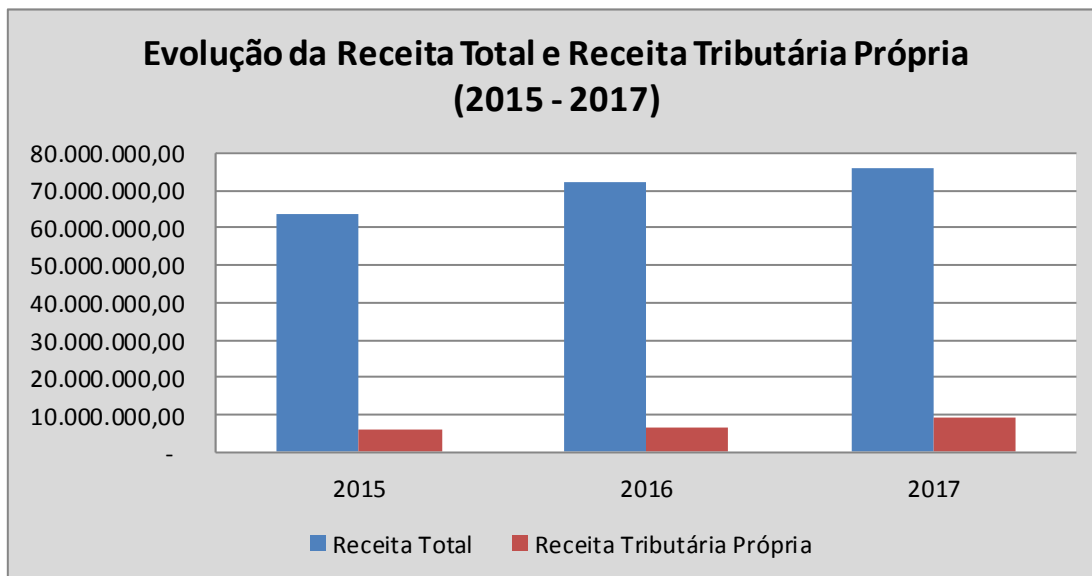




As receitas tributárias próprias (IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida Ativa Tributária) do Município de Toritama perfizeram em 2017 um total de R\$ 9.468.341,43, equivalentes a 12,49% das receitas orçamentárias arrecadadas. Segue abaixo a série histórica da receita tributária própria entre 2015 a 2017:

Receitas Tributárias Próprias	Estimativa de Receita 2017	Receitas Tributárias Próprias Arrecadadas			
		2017	Variações (%) 2017/2016	2016	2015
IPTU	1.000.000,00	991.689,09	39,27%	712.081,37	654.574,24
ITBI	60.000,00	76.206,53	-26,41%	103.551,24	55.470,23
ISS	861.147,54	1.214.432,38	15,44%	1.051.963,43	1.026.386,52
IRRF	1.125.245,90	1.959.975,55	54,50%	1.268.620,35	956.236,61
Taxas	1.175.704,92	1.957.935,66	79,70%	1.089.561,09	972.186,39
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.608.009,26	6,01%	1.516.854,89	1.495.871,95
Dívida Ativa Tributária	860.000,00	1.660.092,96	86,85%	888.472,41	750.261,58
<b>TOTAL</b>	<b>6.682.098,36</b>	<b>9.468.341,43</b>	<b>42,79%</b>	<b>6.631.104,78</b>	<b>5.910.987,52</b>

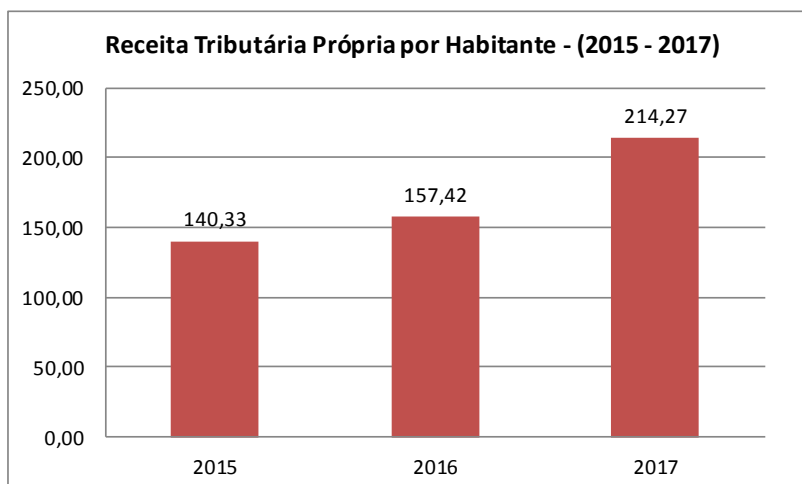




Em 2017, o município possui uma população total de 44.189 habitantes, gerando uma receita tributária própria por habitante de R\$ 214,27.

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA POR HABITANTE	<u>9.468.341,43</u>	214,27
	44.189	

Entre 2015 e 2017, a situação da receita tributária própria por habitante foi a seguinte:



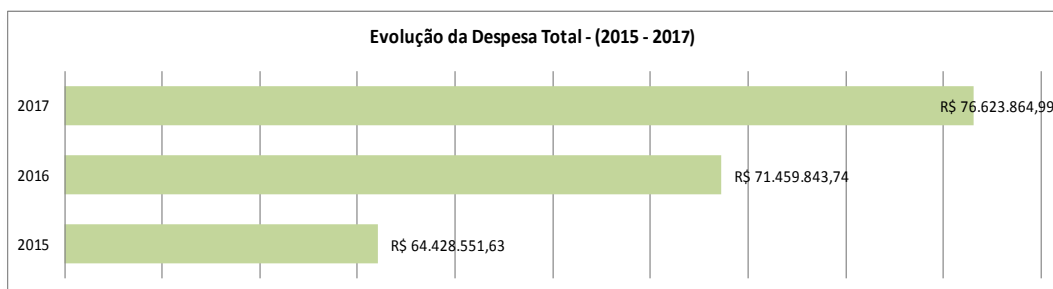
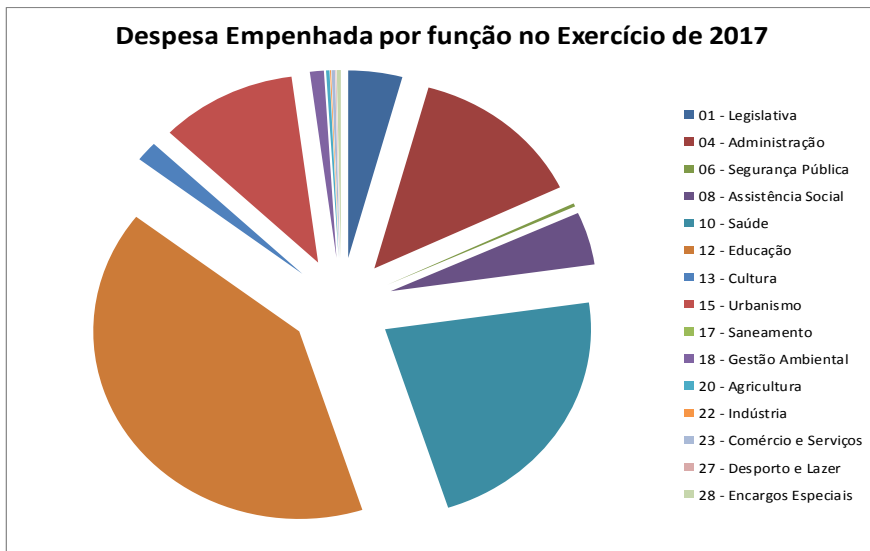
Fonte: Considerando a população de 42.123 habitantes em 2015 e 2016. E 44.189 habitante em 2017.

### **2.1.3. – Despesa Executada**

Entre 2015 e 2017, a despesa por função executada comportou-se da seguinte forma:



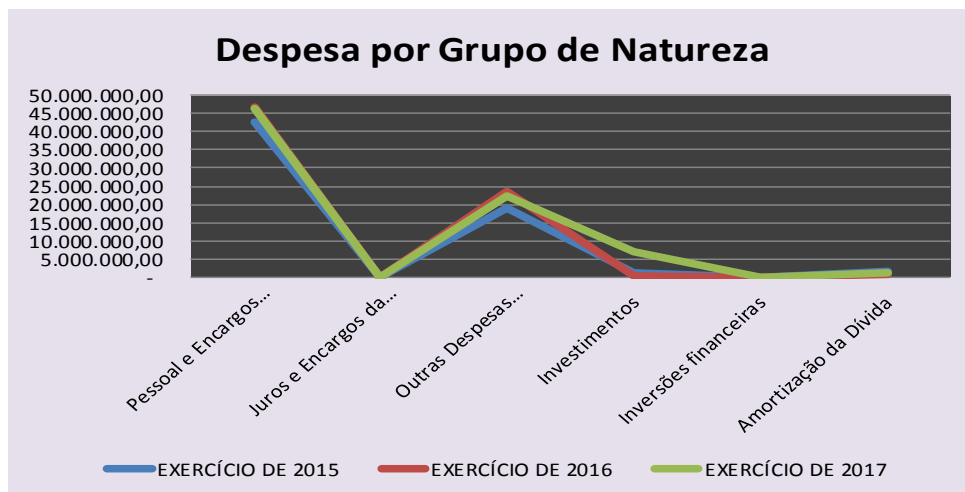
FUNÇÃO	EXERCÍCIO DE 2015		EXERCÍCIO DE 2016		EXERCÍCIO DE 2017	
	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO
01 - Legislativa	2.242.398,84	3,48%	2.425.104,30	3,39%	2.744.364,74	3,58%
02 - Judiciária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
03 - Essencial à Justiça	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
04 - Administração	7.283.721,68	11,31%	8.566.340,30	11,99%	10.417.822,16	13,60%
05 - Defesa Nacional	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
06 - Segurança Pública	6.500,00	0,01%	4.500,00	0,01%	211.601,82	0,28%
07 - Relações Exteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
08 - Assistência Social	2.501.635,95	3,88%	2.518.019,00	3,52%	3.499.757,55	4,57%
09 - Previdência Social	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
10 - Saúde	13.680.460,50	21,23%	15.040.284,77	21,05%	17.125.231,77	22,35%
11 - Trabalho	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12 - Educação	25.415.994,04	39,45%	28.809.187,76	40,32%	31.010.916,50	40,47%
13 - Cultura	605.083,40	0,94%	1.154.528,48	1,62%	1.320.283,94	1,72%
14 - Direitos da Cidadania	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
15 - Urbanismo	9.332.550,10	14,49%	9.249.183,69	12,94%	8.247.539,34	10,76%
16 - Habitação	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
17 - Saneamento	1.848,15	0,00%	125.524,69	0,18%	-	0,00%
18 - Gestão Ambiental	-	0,00%	-	0,00%	838.259,50	1,09%
19 - Ciência e Tecnologia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
20 - Agricultura	488.152,01	0,76%	884.008,80	1,24%	202.197,41	0,26%
21 - Organização Agrária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
22 - Indústria	-	0,00%	-	0,00%	59.280,68	0,08%
23 - Comércio e Serviços	579.821,81	0,90%	742.037,25	1,04%	202.457,96	0,26%
24 - Comunicações	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
25 - Energia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
26 - Transporte	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
27 - Desporto e Lazer	195.759,19	0,30%	604.878,45	0,85%	42.870,04	0,06%
28 - Encargos Especiais	2.094.625,96	3,25%	1.336.246,25	1,87%	701.281,58	0,92%
<b>TOTAL</b>	<b>64.428.551,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>71.459.843,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>76.623.864,99</b>	<b>100,00%</b>





Abaixo verifica-se o comportamento da despesa por categoria econômica no último triênio (2015-2017):

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA						
DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	EXERCÍCIO DE 2015		EXERCÍCIO DE 2016		EXERCÍCIO DE 2017	
	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO
<b>Despesas Correntes</b>	<b>61.415.618,55</b>	<b>95,32%</b>	<b>70.280.790,93</b>	<b>98,35%</b>	<b>68.335.328,39</b>	<b>89,18%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	42.400.808,96	65,81%	46.545.307,62	65,13%	46.162.151,32	60,25%
Juros e Encargos da Dívida	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outras Despesas Correntes	19.014.809,59	29,51%	23.735.483,31	33,22%	22.173.177,07	28,94%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>3.012.933,08</b>	<b>4,68%</b>	<b>1.179.052,81</b>	<b>1,65%</b>	<b>8.288.536,60</b>	<b>10,82%</b>
Investimentos	1.352.586,89	2,10%	273.040,48	0,38%	<b>7.184.271,62</b>	<b>9,38%</b>
Inversões financeiras	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Amortização da Dívida	1.660.346,19	2,58%	906.012,33	1,27%	1.104.264,98	1,44%
<b>TOTAL</b>	<b>64.428.551,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>71.459.843,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>76.623.864,99</b>	<b>100,00%</b>

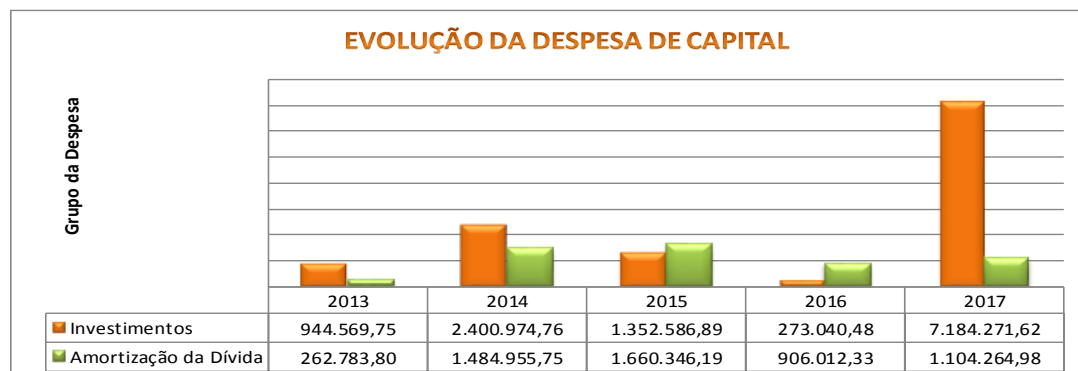
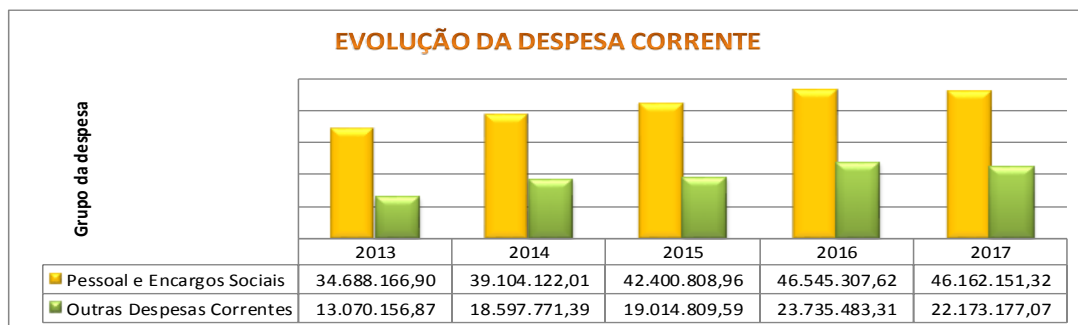


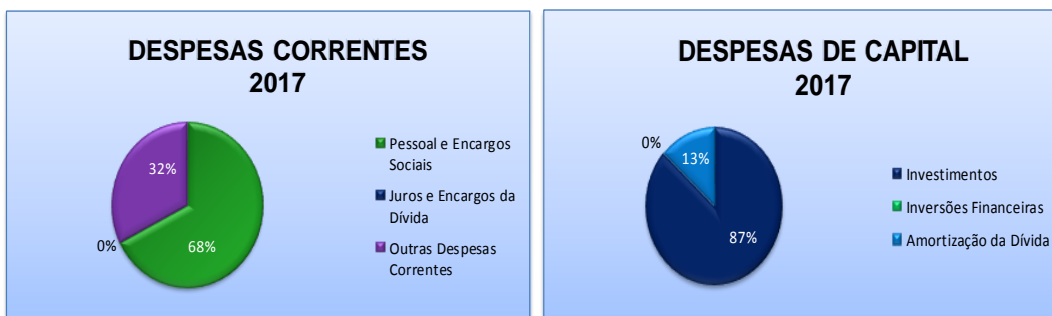


DESPESA (CONSOLIDADA)		SALDO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
DESPESA EMPENHADA	76.623.864,99	10.148.459,00	88,30%
DESPESA REALIZADA (LIQUIDADA)	76.434.218,89		

A despesa executada foi aplicada o percentual de 88,30% da despesa fixada, enquanto a receita arrecadada foi aplicada o percentual de 87,34% da receita prevista, resultando em um déficit orçamentário no valor de R\$ 836.314,64.

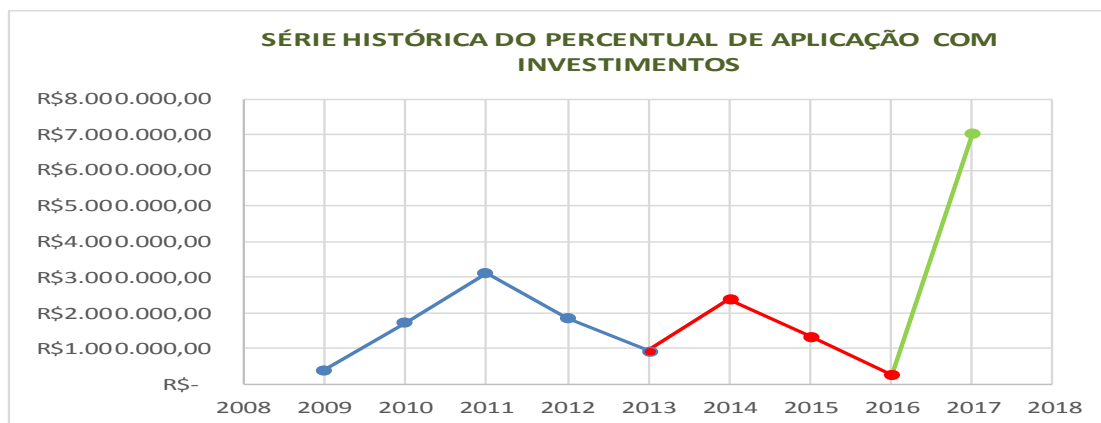
Porém, observando a evolução da despesa abaixo, verifica-se que em 2017 ocorreu redução nas despesas correntes e um considerável aumento nas despesas de capital, com destaque para o grupo de despesa de investimentos que cresceu 2.531,21% em relação ao exercício anterior.





Segue abaixo, série histórica do percentual de aplicação com investimentos relativo ao total da receita realizada:

EXERCÍCIO	TOTAL DA RECEITA ARRECADADA (A)	TOTAL DA DESPESA COM INVESTIMENTOS (B)	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO C=(B/A)
2009	R\$ 25.152.123,18	R\$ 410.983,90	1,63%
2010	R\$ 30.234.116,60	R\$ 1.745.589,27	5,77%
2011	R\$ 37.088.882,58	R\$ 3.139.233,01	8,46%
2012	R\$ 41.370.229,12	R\$ 1.872.923,80	4,53%
2013	R\$ 49.116.021,95	R\$ 944.569,75	1,92%
2014	R\$ 59.948.758,68	R\$ 2.400.974,76	4,01%
2015	R\$ 63.547.320,96	R\$ 1.352.586,89	2,13%
2016	R\$ 72.007.417,69	R\$ 273.040,48	0,38%
2017	R\$ 75.787.550,35	R\$ 7.184.271,62	9,48%



## **2.2 - Análise Financeira e Patrimonial**

### **2.2.1. Índices de Liquidez**

#### **2.2.1.1. Líquidez Imediata**

A liquidez imediata demonstra a capacidade do município em honrar imediatamente suas dívidas de curtos prazo (passivo circulante) contando apenas com os recursos em caixa e bancos, ou seja, suas disponibilidades. A seguir observa-se o indicador ao longo dos exercícios de 2015 a 2017:



Descrição	2017	2016	2015
Disponível	6.169.007,57	5.532.218,41	4.832.830,84
Passivo Circulante	11.206.240,32	10.803.447,01	10.538.764,07
<b>LÍQUIDEZ IMEDIATA</b>	- 5.037.232,75	- 5.271.228,60	- 5.705.933,23
<b>Índice de Liquidez Imediata</b>	0,55	0,51	0,46
<i>Fonte: Balanço Patrimonial</i>			

Verifica-se que o índice de liquidez imediata passou de 0,51 para 0,55 em relação ao exercício anterior, demonstra que a Municipalidade não possui recursos disponíveis para arcar com suas despesas a curto prazo.

### **2.2.1.2. Líquidez Corrente**

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas do município a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos circulantes superiores a ativos de mesma natureza revela restrições na capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo. Segue abaixo o cálculo da liquidez corrente referente aos exercícios de 2015 a 2017:

Descrição	2017	2016	2015
Ativo Circulante	12.614.698,97	5.680.379,57	4.925.681,83
Passivo Circulante	11.206.240,32	10.803.447,01	10.538.764,07
<b>Superávit / Déficit Financeiro</b>	1.408.458,65	- 5.123.067,44	- 5.613.082,24
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	1,13	0,53	0,47

A liquidez corrente positiva do município em **2017** demonstra a capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo, onde parte de um indicador de 0,53 em 2016 para 1,13 para 2017, um crescimento em sua capacidade de pagamento de **113,21%** em relação ao exercício anterior.

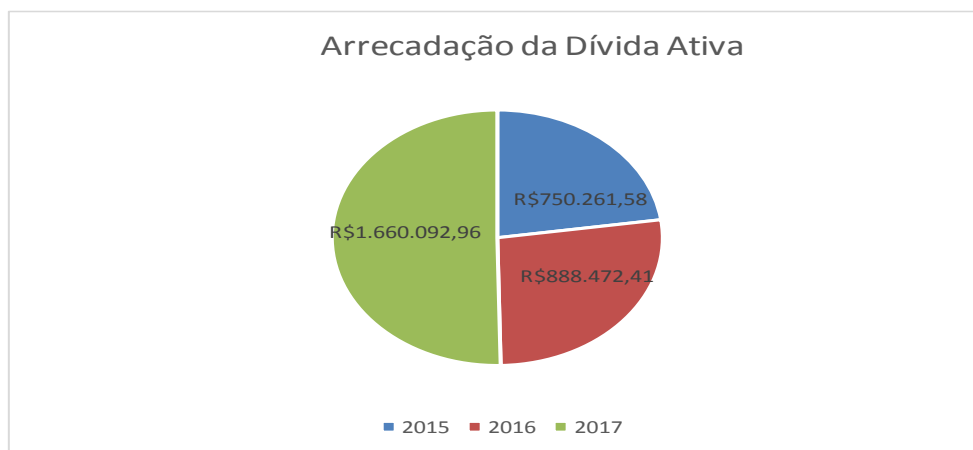
### **2.2.2. Dívida Ativa**

As importâncias referentes a tributos, multas e créditos em favor do município, lançados e não recolhidos no exercício constituem a dívida ativa municipal, que alcançou no exercício de 2017 o valor de R\$ 39.063.656,13 (tributária e não tributária). Verifica-se a seguir a evolução entre os exercícios de 2015 a 2017:



Descrição	2017	2016	2015
Valor da Dívida Ativa	39.063.656,13	35.405.445,78	29.230.013,55
Recebimentos	1.660.092,96	888.472,41	750.261,58
% Recebimento	4,25%	2,51%	2,57%

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício



### **2.2.3. Restos a pagar**

No que se refere aos restos a pagar, observam-se os seguintes quocientes de inscrição:

#### **Quociente de inscrição de restos a pagar processados (QIRPP):**

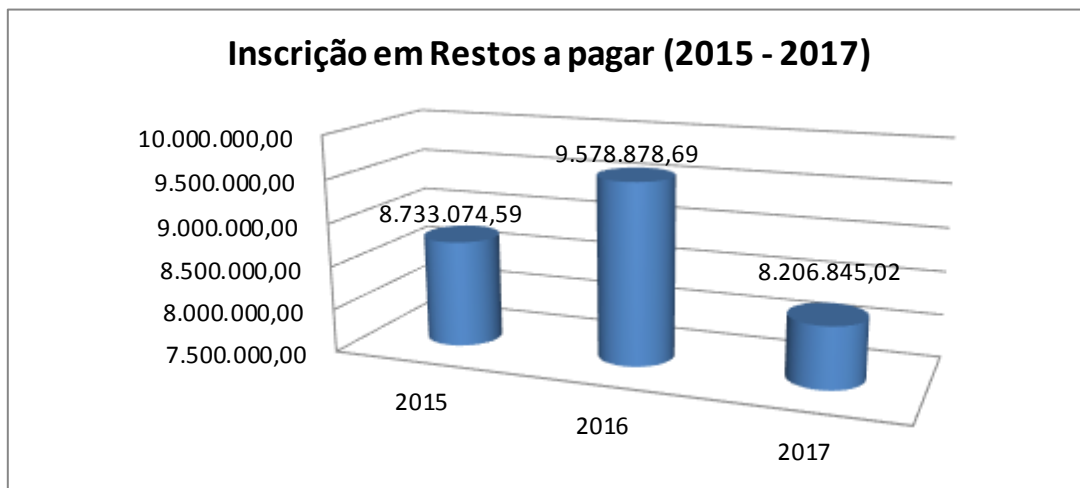
QIRPP =	Restos a pagar processados inscritos =	7.324.541,91 =	0,10
	Total da despesa empenhada	76.623.864,99	

#### **Quociente de inscrição de restos a pagar não processados (QIRPNP):**

QIRPNP =	Restos a pagar não processados inscritos =	882.303,11 =	0,01
	Total da despesa empenhada	76.623.864,99	

A seguir demonstra-se o comportamento da inscrição em restos a pagar processados e não processados entre os exercícios de 2015 a 2017:





Houve um decréscimo de 14,32% (R\$ 1.372.033,67) na inscrição nos restos a pagar em 2017 em relação ao exercício anterior.

#### **2.2.4. Dívida Consolidada**

A dívida consolidada no exercício de 2017 diminuiu em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 19.548.019,71, para R\$ 18.443.754,73. As tabelas seguintes demonstram os componentes mais representativos da dívida e suas variações no exercício:

Principais Itens da Dívida		
Descrição	Valor (R\$)	% do Total
Outros Contratos	412.693,20	2,24%
INSS	18.024.317,89	97,73%
Outras obrigações legais	6.743,64	0,04%
<b>TOTAL</b>	<b>18.443.754,73</b>	<b>100,00%</b>

*FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)*

Descrição	Variação no Exercício			Saldo Final
	Saldo Inicial	Inscrição	Baixa	
Outros Contratos	412.693,20	-	-	412.693,20
INSS	19.128.582,87	-	1.104.264,98	18.024.317,89
Outras obrigações legais	6.743,64	-	-	6.743,64
Precatórios	-	37.423,99	37.423,99	-
<b>TOTAL</b>	<b>19.548.019,71</b>	<b>37.423,99</b>	<b>1.141.688,97</b>	<b>18.443.754,73</b>

*FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)*

Conforme informações da tabela anterior, observa-se que 97,73% da dívida consolidada é referente à dívida com o INSS.

### **3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores**



O art. 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, determina que a despesa total do poder legislativo municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais incidentes sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior:

Percentual	Descrição
7%	Para Município com população de até 100.000 habitantes
6%	Para Municípios com população entre 100.000 habitantes e 300.000 habitantes
5%	Para Municípios com população entre 300.001 habitantes e 500.000 habitantes
4,5%	Para Municípios com população entre 500.001 habitantes e 3.000.000 de habitantes

Fonte: Redação da EC 58/2009

O § 2º da EC 25/2000, dispõe que o Prefeito poderá ser responsabilizado criminalmente na ocorrência das seguintes hipóteses:

- I- Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo,
- II- Não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês;
- III- Enviá-lo a menor que a proporção fixada na Lei Orçamentária.

Sendo a população de Toritama na ordem de 44.189 habitantes, aplica-se o índice de 7%, previsto no dispositivo acima, ou seja, aplica-se 7% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior.

Observa-se a seguir o cálculo do limite definido no caput do Art. 29-A da Constituição Federal de 1988:



Descrição	Valor (R\$)
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	5.644.852,48
1.1. IPTU	712.081,37
1.2. ISS	1.051.963,43
1.3. ITBI	103.551,24
1.4. IRRF (retido pelo Município)	1.268.620,35
1.5. Taxas	989.263,23
1.6. Contribuições de Melhoria	-
1.7. COSIP	1.516.854,89
1.8. Multa e Juros de natureza tributária	2.517,97
2. TRANSFERÊNCIAS	39.240.505,52
2.1. Cota IOF - ouro	-
2.2. Cota ITR	100.748,01
2.3. Cota IPVA	2.313.558,43
2.4. Cota ICMS	9.968.886,59
2.5. Cota IPI	16.630,91
2.6. Cota FPM	26.763.970,14
2.7. Cota ICMS - Desoneração	19.793,13
2.8. CIDE	56.918,31
2.9. AFM	-
3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	898.809,44
3.1. Dívida Ativa Tributária (acrescida das multas, juros e atualizações monetárias)	898.809,44
4. RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA = (1+2+3)	45.784.167,44
5. Percentual estabelecido para o Município de acordo com a população	7%
6. Valor do 1º LIMITE = (4x5)	<b>3.204.891,72</b>

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Segundo dados do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, exercício anterior e o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, exercício de 2017 foi apurado o limite para o repasse de duodécimo ao Poder Legislativo chegando-se ao seguinte:

TOTAL DE DUODÉCIMOS REPASSADOS À CÂMARA DE VEREADORES	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
Limite Constitucional- Art. 29-A	3.204.891,72
Valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA)	3.423.000,00
Valor permitido	<b>3.204.891,72</b>
Valor efetivamente repassado à Câmara	<b>3.204.891,72</b>

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Comparativo da despesa autorizada com a realizada.

Demonstrativo que evidencie os repasses e duodécimos feitos à Câmara Municipal, com os valores e datas dos repasses mês a mês.

A tabela abaixo demonstra os repasses realizados no exercício de 2017:



REPASSE CONCEDIDO A CÂMARA			
EXERCÍCIO DE 2017	VALOR REPASSADO		Data do Repasse
	Duodécimo		
janeiro	R\$	265.230,66	13/01/2017
fevereiro	R\$	265.230,66	15/02/2017
março	R\$	265.230,66	13/03/2017
abril	R\$	265.230,66	10/04/2017
maio	R\$	265.230,66	17/05/2017
junho	R\$	276.292,56	09/06/2017
julho	R\$	267.074,31	12/07/2017
agosto	R\$	267.074,31	16/08/2017
setembro	R\$	267.074,31	12/09/2017
outubro	R\$	267.074,31	11/10/2017
novembro	R\$	267.074,31	17/11/2017
dezembro	R\$	267.074,31	20/12/2017
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>3.204.891,72</b>	

Conforme o levantamento dos repasses realizados pelo Município à Câmara de Vereadores, verifica-se que foram os valores permitidos, sendo desta forma, considerado cumprido o artigo 29-A.

Constatou-se que os repasses foram efetuados até o dia 20 de cada mês, conforme preceitua o inciso II do parágrafo 2º do artigo 29-A, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

#### 4. Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida do exercício de 2017, alcançou o total de R\$ 74.754.334,02, conforme verifica-se a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>82.050.420,09</b>
1.1. Receitas Tributárias	6.200.239,21
1.2. Receitas de Contribuições	1.608.009,26
1.3. Receitas Patrimoniais	659.473,89
1.4. Receitas Agropecuária	-
1.5. Receitas Industriais	-
1.6. Receitas de Serviços	121.727,04
1.7. Transferências Correntes	70.889.187,60
1.8. Outras Receitas Correntes	2.571.783,09
<b>2. (-) DEDUÇÕES</b>	<b>- 7.296.086,07</b>
2.1. Contribuição dos segurados para o RPPS	-
2.2. Compensação financeira entre regime previdenciários	-
2.3. Dedução da Receita para formação do FUNDEB	- 7.296.086,07
2.4. Duplicidades	-
<b>3. TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1 - 2)</b>	<b>74.754.334,02</b>



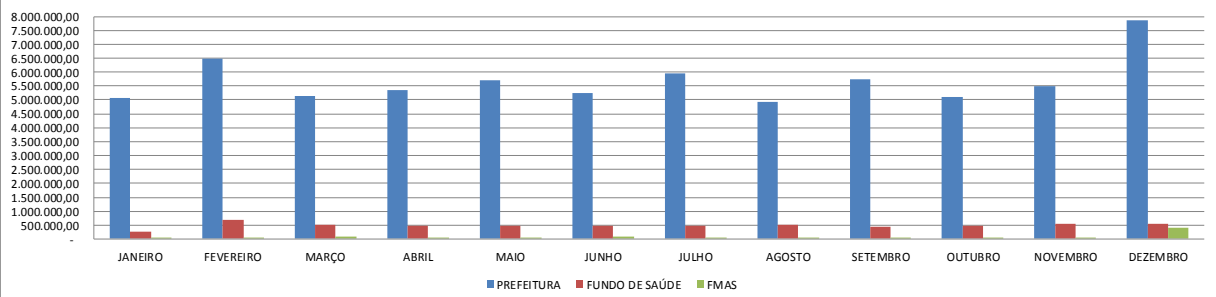
Observa-se abaixo a Receita Corrente Líquida Mensal por Entidade no exercício de 2017.

EXERCÍCIO DE 2017													
ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2017
PREFEITURA	5.076.067,45	6.473.409,95	5.126.286,54	5.353.068,53	5.703.682,49	5.231.301,55	5.961.036,94	4.943.119,27	5.749.438,74	5.091.564,14	5.482.998,56	7.846.610,36	68.038.574,52
FUNDO DE SAUDE	249.874,65	686.028,27	529.545,99	467.018,11	473.907,26	474.347,80	461.732,06	436.675,67	445.071,62	483.221,29	540.670,95	555.077,60	5.863.171,27
FMS	18.680,02	48.102,30	70.933,74	32.339,99	14.582,74	74.949,61	22.538,92	14.734,27	44.893,74	57.310,64	55.586,50	397.875,76	852.588,23
<b>TOTAL GERAL DA RCL</b>	<b>5.344.622,12</b>	<b>7.207.540,52</b>	<b>5.726.766,27</b>	<b>5.852.416,63</b>	<b>6.192.172,49</b>	<b>5.780.598,96</b>	<b>6.445.367,92</b>	<b>5.454.529,21</b>	<b>6.239.404,10</b>	<b>5.632.096,07</b>	<b>6.079.256,01</b>	<b>8.799.563,72</b>	<b>74.754.334,02</b>

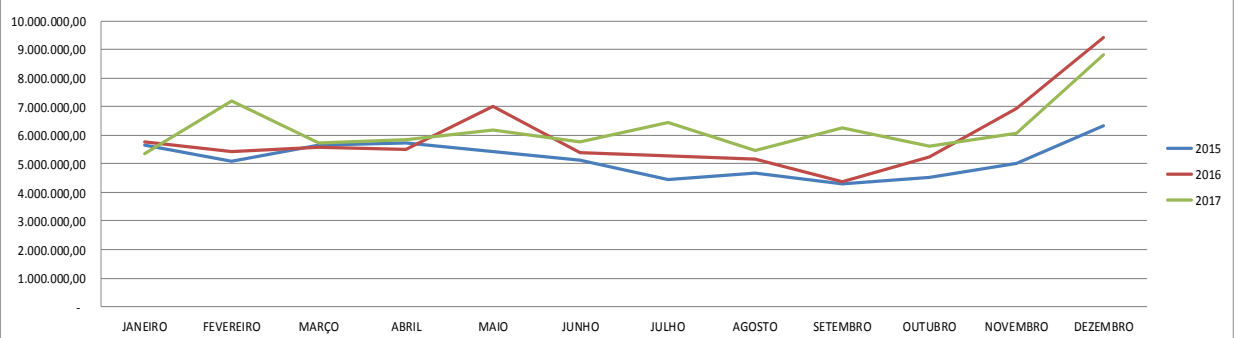
HISTÓRICO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS EXERCÍCIOS DE 2015 A 2017

EXERCÍCIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR EXERCÍCIO
2015	5.669.021,82	5.102.427,63	5.647.272,74	5.745.918,84	5.423.574,39	5.130.822,54	4.453.998,61	4.682.086,78	4.290.172,24	4.537.015,00	5.013.396,71	6.341.977,49	62.037.684,79
2016	5.782.319,00	5.428.262,15	5.594.235,47	5.490.906,33	6.998.501,26	5.387.733,92	5.288.665,93	5.160.685,52	4.386.736,19	5.253.936,74	6.938.241,22	9.404.501,94	71.114.725,67
2017	5.344.622,12	7.207.540,52	5.726.766,27	5.852.416,63	6.192.172,49	5.780.598,96	6.445.367,92	5.454.529,21	6.239.404,10	5.632.096,07	6.079.256,01	8.799.563,72	74.754.334,02

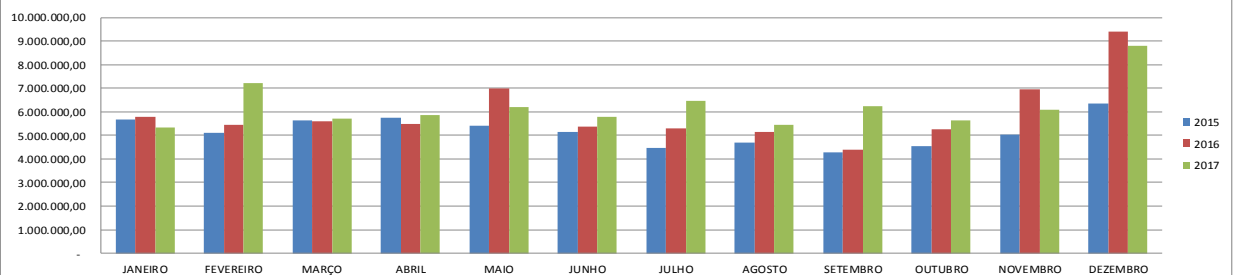
RCL mensal por Órgão do Exercício de 2017



Histórico da RCL dos exercícios de 2015 a 2017



Histórico da RCL dos exercícios de 2015 a 2017





## 5. Despesa total com pessoal

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), art. 20, inciso III, a despesa total com pessoal do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida do período de apuração.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo, no último quadrimestre do exercício de 2017, alcançou R\$ 42.613.038,23, representando um percentual de 57,00% em relação a Receita Corrente Líquida do Município, acima do limite estabelecido no citado dispositivo legal.

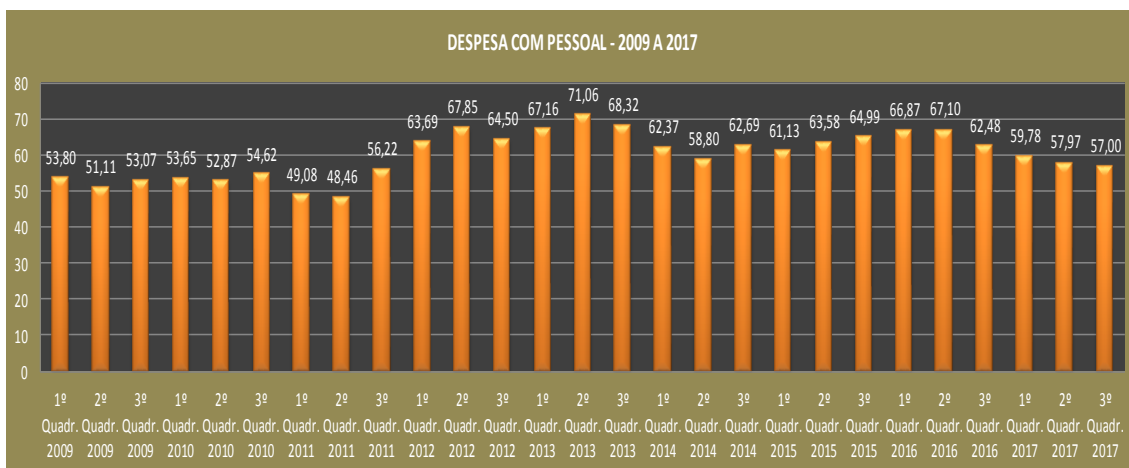


<b>Apuração da Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo</b>	
<b>Período de apuração: janeiro a dezembro /2017</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	43.641.935,59
1.1. Ativo	43.327.190,35
1.1.1. Contratação por Tempo Determinado	8.904.807,56
1.1.2. Salário-Família	
1.1.3. Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.694.356,46
1.1.4. Obrigações Patronais (para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto)	7.699.128,97
1.1.5. Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1.1.6. Indenizações Trabalhistas	
1.1.7. Sentenças Judiciais	
1.1.8. Despesas de Exercícios Anteriores	1.028.897,36
1.1.9. Outros (especificar a baixo)	
1.2. Inativo e Pensionista	314.745,24
1.2.1. Aposentadoria e Reforma	251.714,45
1.2.2. Pensões	63.030,79
1.2.3. Outros Benefícios Previdenciários	
1.2.4. Salário-Família	
1.2.5. Sentenças Judiciais	
1.2.6. Despesas de Exercícios anteriores	
1.2.7. Outros	
1.3. Outras despesas de pessoal (§1º, art. 18, da LRF)	
2. DEDUÇÕES (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.028.897,36
2.1. Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária (vide art. 19, § 1º, I e II da LRF)	
2.2. Decorrentes de Decisão Judicial	-
2.3. Despesas de exercícios anteriores	1.028.897,36
2.4. Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF)	
2.5. Outras Deduções	
3. DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP = (1-2)	42.613.038,23
4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	74.754.334,02
<b>5. COMPROMETIMENTO DA DTP = DTP/RCL (100%)</b>	<b>57,00%</b>

A tabela abaixo demonstra a trajetória do comprometimento da despesa com pessoal quadrimestralmente nos exercícios de 2015 a 2017:



DESPESA COM PESSOAL									
Despesa	RGF - 2015			RGF - 2016			RGF - 2017		
	1º Quadrimestre 2015	2º Quadrimestre 2015	3º Quadrimestre 2015	1º Quadrimestre 2016	2º Quadrimestre 2016	3º Quadrimestre 2016	1º Quadrimestre 2017	2º Quadrimestre 2017	3º Quadrimestre 2017
Despesa com Pessoal	R\$ 36.899.440,73	R\$ 38.883.077,39	R\$ 40.318.345,77	R\$ 41.575.127,96	R\$ 43.828.578,61	R\$ 44.433.140,89	R\$ 43.611.044,28	R\$ 42.894.139,80	R\$ 42.613.038,23
Receita Corrente Líquida	R\$ 60.364.397,18	R\$ 61.159.468,97	R\$ 62.037.684,79	R\$ 62.168.766,71	R\$ 65.313.871,02	R\$ 71.114.725,67	R\$ 72.950.386,46	R\$ 73.987.468,41	R\$ 74.754.334,02
Percentual Aplicado %	61,13%	63,58%	64,99%	66,87%	67,10%	62,48%	59,78%	57,97%	57,00%



Conforme gráfico acima, observa-se que a prefeitura de Toritama manteve-se acima do limite de gastos com despesas com pessoal desde do 3º quadrimestre de 2011, contrariando o disposto no artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, verifica-se que a atual gestão vem tomando medidas para cumprir a legislação, a exemplo de incremento na receita tributária própria. **E verifica-se que já ocorreu redução no percentual de 5,48% em relação ao exercício de 2016.**

## 6. Dívida Consolidada Líquida





O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

O percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida para a Dívida Consolidada Líquida está bem abaixo do limite máximo permitido, conforme apuração abaixo:

Apuração da Dívida Consolidada Líquida (art. 55, I, "b" da LRF)	
Mês de referência: dezembro / Período de apuração: janeiro a dezembro/2017	
Descrição	Valor (R\$)
<b>Dívida Consolidada -(DC) - (I)</b>	<b>18.443.754,73</b>
Dívida Mobiliária	-
Dívida Contratual	18.443.754,73
INSS	18.024.317,89
PASEP	
Demais dívidas contratuais	419.436,84
Precatórios	
Demais Dívidas	-
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.417.865,90</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.145.916,31
(-) Restos a Pagar Processados	7.324.541,91
Demais Haveres Financeiros	1.417.865,90
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL = (1+2)</b>	<b>17.025.888,83</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>74.754.334,02</b>
<b>COMPROMETIMENTO DA DCL = (DCL/RCL)X100(%)</b>	<b>22,78%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO - 120%</b>	<b>89.705.200,82</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>80.734.680,74</b>

FONTE: Anexo 2 do RGF - 3º quadrimestre/2017

A relação entre DCL e RCL foi de 22,78%, estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

## **7. Operação de Crédito**

O Município não realizou Operações de Crédito no exercício de 2017, por conseguinte, não há o que relatar a este respeito pelo Sistema de Controle Interno.

## **8. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino**

De acordo com o art. 212 da Constituição Federal os Municípios deverão aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no mínimo 25% da Receita Resultante de Impostos (RRI), incluindo as transferências estaduais e federais. A tabela abaixo demonstra a aplicação das RRI nas despesas com MDE no exercício de 2017:



RECEITAS E DESPESAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO (MDE)	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017
Receitas Resultantes de Impostos - RRI (Art. 212 da CF)	44.276.074,05
Valor mínimo a aplicar no MDE (25% da RRI)	11.069.018,51
Despesas Típicas de MDE para fins de Limite	13.407.247,71
<b>% Aplicado da RRI em MDE</b>	<b>30,28%</b>

Fonte: Anexo 08 do 6º bimestre do RREO de 2017

O Município aplicou um montante de R\$ 13.407.247,71, que corresponde a um percentual de 30,28%, cumprindo a exigência de aplicação contida no *caput* do art. 212 da Constituição Federal (25%).

### **9. Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art.22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal.

Observando o montante de recursos registrados nos demonstrativos da receita do FUNDEB a Prefeitura de Toritama aplicou, em 2017, R\$ 23.066.381,55, equivalentes a 68,59% dos recursos anuais totais na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo a exigência contida no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO		
(art. 60 da ADCT, art. 73 da Lei Federal nº 9.394/1996, e art. 22 da MP 339/2006, convertida na Lei Federal nº 11.494/2007)		
DESCRIÇÃO	VALOR	
A	VALOR RECEBIDO DO FUNDEB	23.066.381,55
B	APLICAÇÃO FINANCEIRA	235.071,65
C	RECEITA TOTAL DO FUNDEB (A + B)	23.301.453,20
D	MÍNIMO A SER APLICADO: (0,60 X C)	13.980.871,92
E	TOTAL DA DESPESA COM O PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO	15.981.882,10
	<b>PERCENTUAL APLICADO: ( E / C X 100%)</b>	<b>68,59%</b>

Fonte: Anexo 08 do 6º bimestre do RREO de 2017.



Considerando que o percentual aplicado está acima do limite mínimo exigido na legislação, constatamos que no exercício 2017, **houve o cumprimento do percentual estabelecido pelos dispositivos legais.**

### **10. Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde**

A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada pelo art. 7º da Lei Complementar nº. 141, de 2012, onde o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se referem o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

O Município de Toritama aplicou um montante de R\$ 10.728.956,60 com gastos em ações e serviços públicos de saúde, que correspondente a um percentual de 25,46%, cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017
Receitas para Apuração da Aplicação em ações e Serviços Públicos de Saúde	42.138.701,82
Valor mínimo a aplicar com Saúde (15%)	6.320.805,27
Despesas Com Saúde	10.728.956,60
<b>Percentual Aplicado com Saúde</b>	<b>25,46%</b>

Fonte: Anexo 12 do 6º bimestre do RREO de 2017

SUBFUNÇÃO DA SAÚDE	EXERCÍCIO DE 2017
	EMPENHADO
301 - Atenção Básica	R\$ 4.973.817,43
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 8.549.008,64
303 - Suporte profilático e Terapêutico	R\$ 112.070,68
304 - Vigilância Sanitária	R\$ 25.232,80
305 - Vigilância epidemiológica	R\$ 375.433,05
Outras subfunções (122)	R\$ 3.089.669,17
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 17.125.231,77</b>

Diante do exposto, a aplicação foi superior ao limite legal de 15%, estando cumprida conforme análises nos relatórios no tocante a aplicação de impostos em ações e serviços públicos de saúde em 2017.



## **11. Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2017**

O Controle Interno pautou sua atuação conforme preconiza os dispositivos legais e em especial a Resolução TC Nº. 01/2009, procurando orientar a gestão e todos os atores envolvidos com a Administração. Importante frisar as seguintes recomendações:

<b>Recomendação</b>	<b>Objeto</b>
Ofício SCI Nº. 01/2017	Encaminhamento da Resolução TC Nº. 01/2015 que dispõe sobre seleção e formalização de admissão de pessoal a Secretaria de Administração.
Ofício SCI Nº. 07/2017	Medidas tomadas pelo órgão central de Controle Interno no intuito de salvaguardar o equilíbrio das contas públicas ao Chefe do Poder Executivo
Ofício SCI Nº. 09/2017	Recomendação em relação ao artigo 8º da LRF no tocante a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso a Secretaria de Finanças.
Ofício SCI Nº. 013/2017	Observância aos horários de agendamentos para Pregões, agendados para o mesmo horário a Comissão Permanente de Licitações-CPL.
Ofício SCI Nº. 014/2017	Recomendação/Orientação sobre as despesas que podem ser custeadas com os recursos do SALÁRIO EDUCAÇÃO, conforme inciso II do §1º do artigo 15 da Lei nº. 9.424/1996 a Secretaria de Finanças.
Ofício SCI Nº. 015/2017	Recomendação em relação a Resolução TC Nº. 06/2013, referente a serviços de transporte escolar a serem adotados pela Administração Direta e Indireta Municipal a Secretaria de Educação.
Ofício SCI Nº. 021/2017	Recomendação referente a Adoção de procedimentos para contratação de empresa especializada em infraestrutura de eventos para a Secretaria de Turismo e Cultura.
Guia de Orientações	Orientações Gerais a respeito das Receitas Municipais a Secretaria de Finanças.



Ofício SCI Nº. 038/2017	Alerta de Despesa com Pessoal ao Chefe do Poder Executivo
Ofício SCI Nº. 045/2017	Revisão do cálculo do duodécimo pelo Controle Interno a Secretaria de Finanças
Ofício SCI Nº. 052/2017	Alerta em relação aos prazos estabelecidos na Resolução TC Nº. 01/2015 a Secretaria de Administração
Ofício SCI Nº. 061/2017	Alerta com Despesa de Pessoal ao Chefe do Poder Executivo
Ofício SCI Nº. 062/2017	Prazo para Envio da documentação relativa aos Atos de Pessoal ao TCE/PE ao Chefe do Poder Executivo
Ofício SCI Nº. 063/2017	Alerta para o prazo de envio do RGF-1º Quadrimestre de 2017 a Secretaria de Finanças.
Ofício SCI Nº. 066/2017	Alerta para o prazo de remessa eletrônica dos dados de pessoal no SAGRES- Módulo Pessoal a Secretaria de Administração
Ofício SCI Nº. 071/2017	Reiterar o Ofício SCI Nº. 015/2017 sobre as medidas tomadas acerca dos procedimentos contemplados na Resolução TC Nº. 06/2013 sobre Transporte Escolar
Ofício SCI Nº. 074/2017	Planilha de Acompanhamento e Controle da Suplementação de Créditos Orçamentários a Secretaria de Finanças.
Ofício CGM Nº. 076/2017	Alerta sobre os percentuais de em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE e Aplicação do FUNDEB verificados até o 2º Bimestre de 2017.
Ofício CGM Nº. 077/2017	Solicitação das Prestações de Contas do exercício 2016 do PNATE; Alimentação Escolar e PDDE.
Ofício CGM Nº. 078/2017	Solicitação de relação de todas as Escolas, com endereço e nome do Gestor Escolar, como também informações sobre o Cardápio Escolar.
Ofício CGM Nº. 094/2017	Procedimentos de Controle Interno relativos a obras e serviços de engenharia a serem adotados pela Administração Municipal a Secretaria de Obras e Urbanismo.
Ofício CGM Nº. 097/2017	Alerta da Despesa com Pessoal ao Chefe do Executivo



Ofício CGM Nº. 098/2017	Alerta da Despesa com Pessoal a Secretaria de Planejamento e Gestão.
Ofício CGM Nº. 099/2017	Planilha com a Suplementação de Créditos Orçamentários a Secretaria da Fazenda.
Ofício CGM Nº. 102/2017	Alimentação do SAGRES-LICON a Presidente da CPL-PREFEITURA.
Ofício CGM Nº. 142/2017	Instituição de Mecanismos de Controle de Frota do Município, veículos próprios e locados a Secretaria de Planejamento e Gestão.
Ofício CGM Nº. 143/2017	Elaboração das listas dos bens imóveis e veículos,
Ofício CGM Nº. 145/2017	Recomendação para adoção de procedimentos de controle na execução de obras e serviços de forma direta a Secretaria de Obras e Urbanismo.
Ofício Circular CGM Nº. 147/2017	Orientações para aquisição de bens de consumo, permanente e serviços de natureza contínua para 2018, bem como os contratos de locação de imóveis.
Ofício CGM Nº. 148/2017	Acompanhamento da Despesa com Pessoal, até agosto de 2017 para a Secretaria de Planejamento e Gestão
Ofícios CGM Nº. 165/2017	Levantamento de valores pagos a títulos de juros e moras em 2017, relacionados ao exercício 2016 a Secretaria da Fazenda.
Ofício CGM Nº. 175/2017	Encaminhamento a Procuradoria de Notificação acerca do descumprimento de cláusulas contratuais por parte de fornecedor de merenda escolar.
Ofício CGM Nº. 182/2017	Resolução TC Nº. 01/2015- Atos de Pessoal a Secretaria de Planejamento e Gestão.
Ofício CGM Nº. 182/2017	Levantamento de Valores pagos a título de juros e mora em 2017, relacionados ao exercício 2016 a Secretaria de Assistência Social
Ofício CGM Nº. 186/2017	Levantamento de Valores pagos a título de juros e mora em 2017, relacionados ao exercício 2016 a Secretaria de Saúde.
Ofício CGM Nº. 188/2017	Controle e Gestão do Patrimônio a Secretaria de Planejamento e Gestão.



Ofício CGM Nº. 189/2017	Controle e Gestão do Patrimônio Municipal a Secretaria de Saúde e Secretaria da Fazenda.
Ofício CGM Nº. 190/2017	Recomendação aos Secretários municipais sobre a realização de despesas.
Ofício CGM nº. 195/2017	Recomendação a Secretaria da Fazenda, no tocante ao lançamento das receitas.
Ofício CGM Nº. 202/2017	Observância a Lei Complementar Nº. 101 de 2000, solicitação de análise das despesas empenhadas e não liquidadas a Secretaria da Fazenda e Chefe do Executivo.
Ofício CGM Nº. 205/2017	Observância a Lei Complementar Nº. 101 de 2000, solicitação de análise das despesas empenhadas e não liquidadas a Secretaria de Saúde.
Ofício CGM Nº. 207/2017	Observância a Lei Complementar Nº. 101 de 2000, solicitação de análise das despesas empenhadas e não liquidadas a Secretaria de Assistência Social
Ofício CGM Nº. 217/2017	Recomendação para adoção de procedimentos para a gestão do contrato de gerenciamento da frota municipal a Secretaria de Planejamento e Gestão e ao Chefe do Executivo.
Ofício CGM Nº. 237/2017	Recomendação para avaliação das metas fiscais para o exercício 2018 ao Chefe do Poder Executivo, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento e Gestão
Recomendação Conjunta Nº. 01/2017	Recomendação Conjunta exarada com a Procuradoria solicitando observância a Resolução TC Nº. 01/2015
Relatório de Auditoria	Auditoria realizada no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município pela Controladoria.

## **12. Atendimento das demandas de Acesso à informação e Ouvidoria realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2017**

Os atendimentos aos requerimentos de informações efetuados pela Controladoria Geral do Município, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (lei Nº. 12.527/2011), bem como aos Princípios da Publicidade e Transparência, insculpidos como basilares no Estado Democrático de Direito.



As solicitações de informações recebidas por esse órgão central de controle interno tem como canais de demanda: Os pedidos em meio físico, através do Formulário Eletrônico de Acesso à Informação, disponível no site do Município e por meio da Ouvidoria Geral do Município.

O Total de Requerimentos de Informações atendidos em meio físico foram de 36 (trinta e seis). Esse tipo de manifestação por meio físico é característica de membros do Poder Legislativo, senão vejamos:

Nº do Pedido	Objeto	Data da Solicitação	Data da Resposta	Vereador Solicitante
01/2017	Cópia da Tomada de preços da Compra de Medicamentos de janeiro de 2017 com as respectivas Notas Fiscais (sic).	21/02/2017	23/03/2017	Severino Antônio da Silva
02/2017	Motivos para a Decretação da Situação de Emergência da Saúde (sic).	21/02/2017	23/03/2017	Severino Antônio da Silva
03/2017	Que fossem enviadas as informações referentes a janeiro e fevereiro, que deveriam ter sido divulgadas no portal da transparência do Município, bem como a reativação do mesmo (sic).	20/03/2017	19/04/2017	Severino Antônio da Silva
04/2017	Que fossem enviadas cópias do Processo Licitatório, bem como das devidas Notas Fiscais referente à merenda ofertada nas escolas municipais no ano de 2017 (sic).	20/03/2017	19/04/2017	Severino Antônio da Silva
05/2017	Que fossem enviados individualmente, os valores arrecadados semanalmente com as feiras e o matadouro, referente ao ano de 2017 (sic).	20/03/2017	19/04/2017	Severino Antônio da Silva





06/2017	Que fossem enviadas cópias em papel, de todo o Processo Licitatório dos Peixes doados na Semana Santa de 2017, com as respectivas Notas Fiscais e todas as fichas cadastrais das pessoas que receberam (sic).	24/04/2017	23/05/2017	Severino Antônio da Silva
07/2017	Que fossem enviados cópias dos comprovantes de despesas com os Policiais reformados, contratados para integrar a guarda municipal, bem como a quantidade destes (sic).	03/05/2017	02/06/2017	Severino Antônio da Silva
08/2017	Cópia do relatório trimestral relativo ao período compreendido entre Novembro de 2016 e Fevereiro de 2017, que deveria ter sido apresentado ao Poder Legislativo, como manda a Lei Complementar 141/2015 (sic).	12/05/2017	13/06/2017	Eduardo Morelayne Bezerra da Silva
09/2017	Relação com o nome dos Profissionais do Magistério que foram demitidos por conta do Processo Seletivo, cópia dos contratos destes profissionais com foto, bem como a relação dos contratados no Processo Seletivo (sic).	12/05/2017	13/06/2017	Severino Antônio da Silva
10/2017	Envio do Relatório detalhado dos valores repassados mensalmente às Secretarias de Educação e Saúde entre os	12/05/2017	13/06/2017	Severino Antônio da Silva



	meses de janeiro e abril de 2017 (sic).			
11/2017	Cópia de todos os contratos dos servidores da Secretaria de Saúde (sic).	12/05/2017	13/06/2017	Severino Antônio da Silva
12/2017	Cópia de todas as despesas da Secretaria de Assistência Social, de janeiro a maio do ano em curso (sic).	26/05/2017	26/06/2017	Severino Antônio da Silva
13/2017	Cópia de todas as despesas da Secretaria de Ordem Social, de janeiro a maio do ano em curso (sic).	26/05/2017	26/06/2017	Severino Antônio da Silva
14/2017	Cópia de todas as despesas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de janeiro a maio do ano em curso (sic).	26/05/2017	26/06/2017	Severino Antônio da Silva
15/2017	Cópia de todas as despesas da Secretaria de Saúde, de janeiro a maio do ano em curso (sic).	26/05/2017	26/06/2017	Severino Antônio da Silva
16/2017	Cópia de todas as despesas da Secretaria de Educação, de janeiro a maio do ano em curso (sic).	26/05/2017	26/06/2017	Severino Antônio da Silva
17/2017	Cópia do Processo Licitatório da Merenda Escolar, inclusive da Agricultura Familiar, do ano 2017 (sic).	26/05/2017	26/06/2017	Severino Antônio da Silva
18/2017	Cópia dos extratos de todas as contas municipais que recebem recursos e cópia de todas as despesas com as respectivas notas fiscais, recibos e empenhos, relativos ao mês de junho de 2017 (sic).	20/07/2017	21/08/2017	Severino Antônio da Silva



18/2017	Lista com o nome e data dos profissionais da educação que foram admitidos no ano de 2017 (sic).	28/07/2017	28/08/2017	Severino Antônio da Silva
19/2017	Lista com o nome e data dos profissionais da educação que foram demitidos no ano de 2017 (sic).	28/07/2017	28/08/2017	Severino Antônio da Silva
20/2017	Cópias de todos os convênios celebrados, desde a gestão passada até a atual, entre a Prefeitura e a Polícia Militar, relacionado ao prédio onde funciona o BEPI (sic).	11/08/2017	11/09/2017	Eduardo Morelayne Bezerra de Almeida
21/2017	Cópias referentes ao pagamento dos shows do dia dos namorados de 2017, bem como do procedimento de contratação e pagamento do cantor Luan Estilizado (sic).	11/08/2017	11/09/2017	Severino Antônio da Silva
22/2017	Cópias de todas as receitas e despesas do mês de julho de 2017, com as respectivas notas fiscais e comprovantes de pagamento ou transferência (sic).	11/08/2017	11/09/2017	Severino Antônio da Silva
23/2017	Cópias de todas as folhas de pagamento nominal, de todos os meses de 2017, de todas as secretarias (sic).	11/08/2017	11/09/2017	Severino Antônio da Silva
24/2017	Cópia do Processo Licitatório para contratação de serviço continuado de engenharia que resultou na contratação da	18/10/2017	20/11/2017	Severino Antônio da Silva



	empresa Pontes e Medeiros Ltda – ME (sic).			
25/2017	Cópia do termo de cooperação Nº 001/2017 celebrado entre a Prefeitura de Toritama e Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil (sic).	18/10/2017	20/11/2017	Severino Antônio da Silva
26/2017	Cópia do Processo Licitatório para contratação de serviço continuado de engenharia que resultou na contratação da empresa Pronto Consultoria e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda – ME (sic).	18/10/2017	20/11/2017	Severino Antônio da Silva
27/2017	Cópia do Processo Licitatório Nº 80/2017 na modalidade pregão presencial para aquisição de paralelepípedos (sic).	18/10/2017	20/11/2017	Severino Antônio da Silva
28/2017	Cópia dos dados alimentados no SISMOB referentes às UBS's do Deus é Fiel e do Generino, separadamente: 1 – ficha de fiscalização e acompanhamento realizado pelo engenheiro; 2 – Estrato da alimentação do SISMOB com data de início de cada obra e datas de alimentação, evolução da obra e previsão de conclusão (sic).	18/10/2017	20/11/2017	Eduardo Morelayne Bezerra de Almeida
29/2017	Cópia do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado e lista dos contratados com data de assinatura dos	18/10/2017	20/11/2017	Eduardo Morelayne Bezerra de Almeida



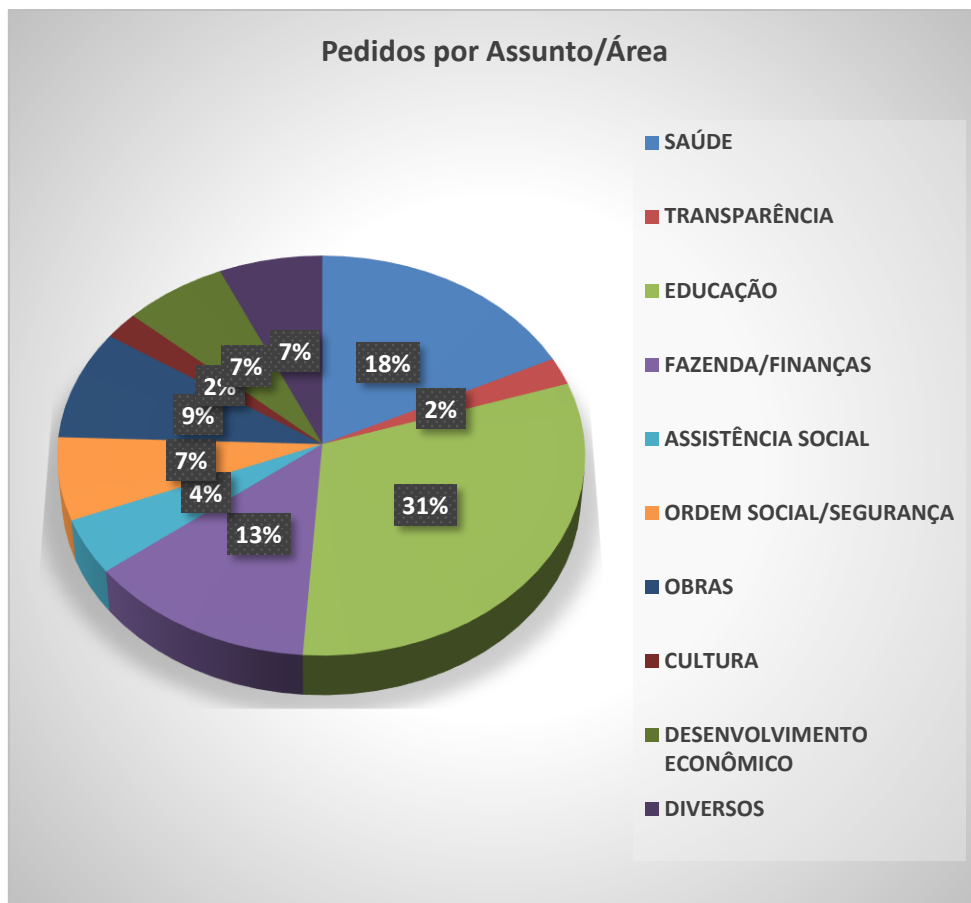
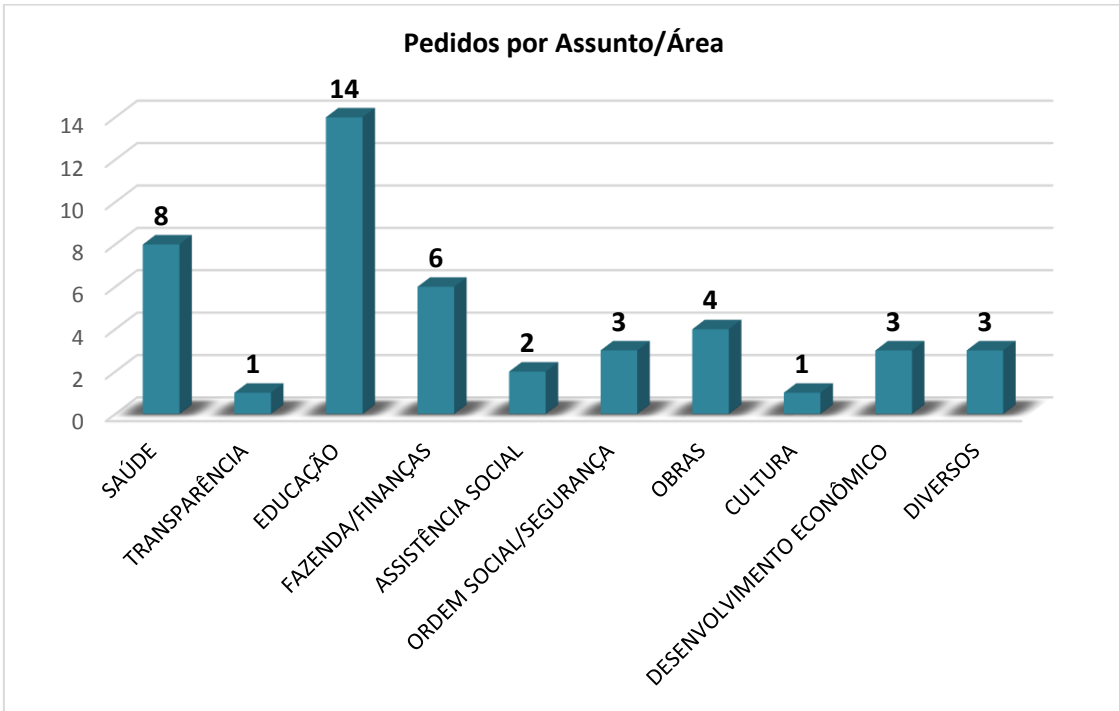
	contratos e local de trabalho dos aprovados (sic).			
30/2017	Cópia dos pagamentos efetuados à empresa de recolhimento de lixo entre janeiro de julho de 2017 (sic).	18/10/2017	20/11/2017	Severino Antônio da Silva
31/2017	Cópia integral do processo licitatório de locação de veículos que teve como vencedor Janduil Tavares da Silva, bem como relação dos veículos locados com as respectivas placas (sic).	20/10/2017	20/11/2017	Severino Antônio da Silva
32/2017	Cópia de todos os Procedimentos Licitatórios de locação de imóveis do ano de 2017 (sic).	30/10/2017	30/11/2017	Severino Antônio da Silva
33/2017	Relação com o quadro de funcionários do NASF admitidos e demitidos ao longo do ano de 2017; Prestação de contas do NASF de 2017 e saldo da gestão passada de aproximadamente R\$ 260.000,00 (sic).	06/11/2017	06/12/2017	Severino Antônio da Silva
34/2017	Relação de servidores com nome, função e vencimentos que recebem pelo FUNDEB 40% (sic).	06/11/2017	06/12/2017	Severino Antônio da Silva
35/2017	Relação de servidores com nome, função e vencimentos que recebem pelo FUNDEB 60% (sic).	06/11/2017	06/12/2017	Severino Antônio da Silva
36/2017	<i>Relação dos profissionais do magistério com vencimentos</i>	10/11/2017	11/12/2017	Severino Antônio da Silva



	<i>que recebem pelo FUNDEB 60% (sic).</i>			
37/2017	<i>Cópia integral dos processos licitatórios de 2017 de aquisição dos ônibus e ambulâncias com as respectivas notas fiscais (sic).</i>	10/11/2017	11/12/2017	Eduardo Morelayne Bezerra de Almeida
38/2017	<i>Relação dos Gestores Escolares que recebem pela Lei Complementar Nº 06/2017 (sic).</i>	10/11/2017	11/12/2017	Severino Antônio da Silva
39/2017	<i>Relação, mês a mês, de servidores da educação que receberam pelo FUNDEB 40% desde o mês de março até o presente mês (sic).</i>	20/11/2017	20/12/2017	Severino Antônio da Silva
040/2017	<i>Relação, mês a mês, de servidores da educação que receberam pelo FUNDEB 60% desde o mês de março até o presente mês (sic).</i>	20/11/2017	20/12/2017	Severino Antônio da Silva
S/N	<p>A) <i>Cópia do projeto da CELPE que justificou a colocação de dois postes de alta voltagem (fotos anexas) na estrada que liga a BR-104 aos Sítios São João e Santa Maria (sic);</i></p> <p>B) <i>Cópia do procedimento de autorização que tramitou na Prefeitura de Toritama, caso não</i></p>	30/11/2017	20/12/2017	Severino Antônio da Silva



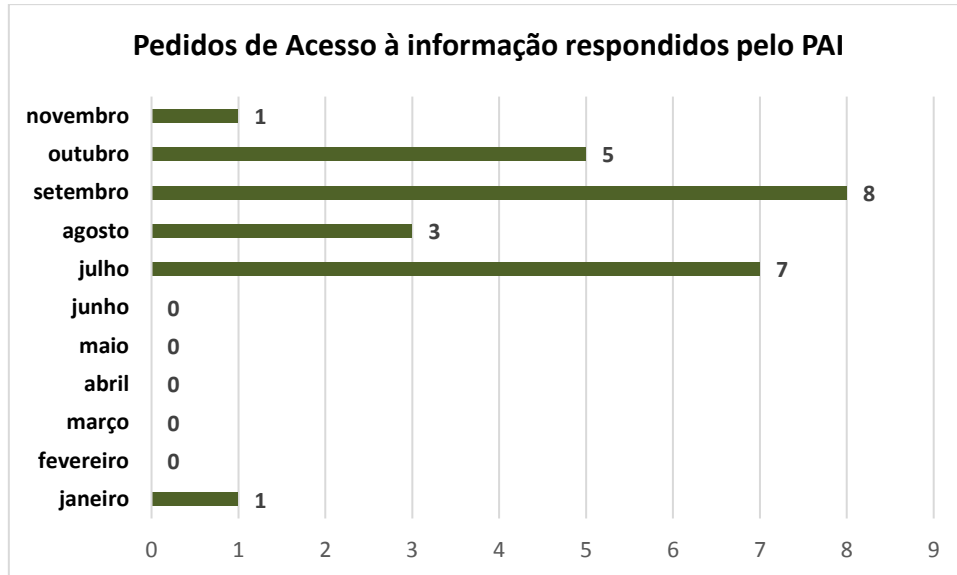
	<i>haja, do documento de autorização (sic).</i>			
041/2017	<i>Planilha com a quantidade pessoas deram entrada no Hospital com corte desde o janeiro até a presente data e quantas pessoas foram atendidas da vila Canaã, Vertentes, Santa Cruz e Taquaritinga (sic).</i>	24/11/2017	26/12/2017	Eduardo Morelayne Bezerra de Almeida
042/2017	<i>Planilha com os atendimentos ambulatoriais de janeiro a novembro de 2017 (sic).</i>	24/11/2017	26/12/2017	Eduardo Morelayne Bezerra de Almeida
043/2017	<i>Informações sobre os pagamentos de IPTU da 3ª Etapa do Parque das Feiras dos últimos 10 (dez) anos (sic).</i>	24/11/2017	26/12/2017	Severino Antônio da Silva
044/2017	<i>Cópia do alvará e do seu procedimento de emissão referente às atividades realizadas na 3ª Etapa do Parque das Feiras em 04 de novembro de 2017 (sic).</i>	24/11/2017	26/12/2017	Severino Antônio da Silva
045/2017	<i>Cópia da gravação em vídeo da Audiência Pública sobre o matadouro (sic).</i>	24/11/2017	26/12/2017	Eduardo Morelayne Bezerra de Almeida





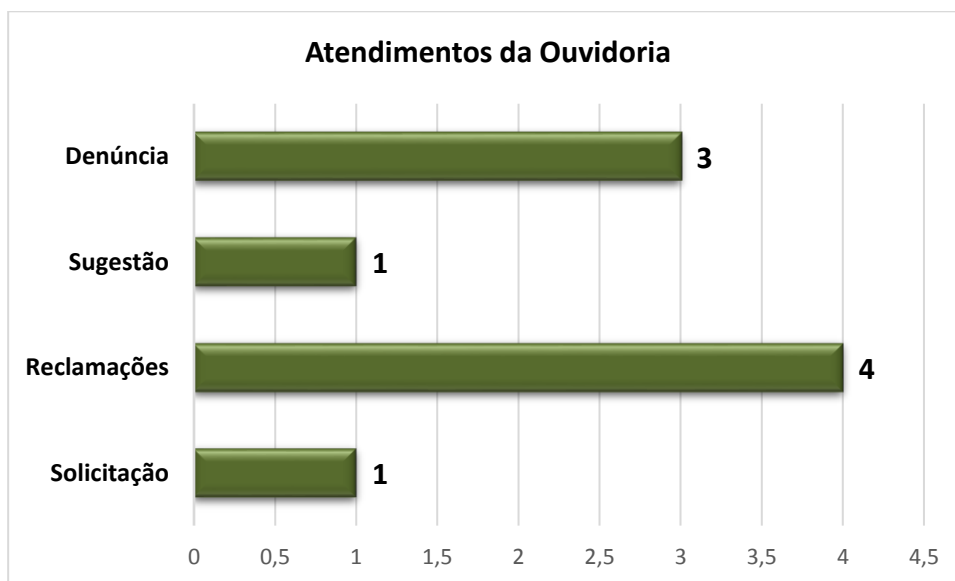


### 12.1 Pedidos de Informações atendidos pelo Pedido Eletrônico de Acesso à Informação



### 12.2 Atendimentos realizados via Ouvidoria Municipal

A Ouvidoria Municipal foi instituída em 27 de setembro de 2017. Abaixo registramos os atendimentos realizados até dezembro de 2017:





### **13. Considerações Finais**

As ações da Controladoria foram pautadas dentro dos ditames legais, buscando orientar os agentes envolvidos no processo de gestão pública do Município.

As recomendações exaradas pela Controladoria estão sendo atendidas o que corroboramos diante das análises da gestão, como a diminuição da despesa com pessoal e melhoramento dos índices de liquidez.

O presente relatório esboça de forma sucinta as atuações do Controle Interno Municipal durante o exercício de 2017.

Toritama, 28 de março de 2018.

**Áureo Saturnium da Silva Falcão**  
**Controlador Geral do Município**